





U ELREY. Faço saber aos que este meu Alvará com sorça de Ley virem, que havendo sido da minha Real Intenção, que as disposiçõens, e penas prescritas, e declaradas nos Paragrasos sexto, e setimo dos Estatutos da Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, para se sentenciarem, e castigarem os descaminhos das sazendas, e os contrabandos, sossemas per setudas de executa.

they are

das, assim nestes Reinos, como em todos os meus Dominios Ultramarinos: Me foi reprezentado pela mesma Junta, que nas Provedorías da Fazenda Real do Brasil, se senteceas os referidos delictos, pelo modo, e com as penao sómente, que se achavao determinadas antes da publicação dos sobreditos Estatutos; rezultando desta desigualdade, que os Réos de hum mesmo crime sejao mais favorecidos, ou menos castigados no Brasil, que no Reino; porque perdendo sómente a fazenda apprehendida, ou sendo-lhes imposta a pena do tresdobro nos cazos, em que ella se incorre, nao ficao inhabilitados para servirem officios de Justiça, ou de Fazenda, e para mais negociarem por si, ou por interposta pessoa; nem contra os mesmos Réos em a minha Real Fazenda a sua intençao fundada, como, para arrancar as raizes de tao prejudicial delicto, foi por Mim determinado nos mesmos Estatutos. E porque a minha Real Providencia, á qual tem recorrido a mesma Junta por parte dos communs interesses do Commercio, nao deve permittir, que se continue o abuzo, com que até agora se tem procedido em tao importante materia: Sou servido, em confirmação, e declaração dos referidos Estatutos, e de todas as Leys, e Foraes; até agora promulgados a este mesmo respeito, ordenar o seguinte. The source and man

A Disposição do Capitulo dezasete, Paragrafo quinto dos Estatutos da Junta do Cómercio, que concede a jurisdicção privativa ao Desembargador Conservador geral da mesma Junta para le sentenciar os delictos dos descaminhos dos meus Reaes Direitos, e dos Cotrabandos, promovendo nas mesmas cauzas o Desembargador Procurador Fiscal, se deve entender comprehensiva de todos, e quaesquer descaminhos, e contrabandos, apprehendidos, ou denunciados, não só em Lisboa, e seu Termo, como por affectada, ou indisculpavel ignorancia se te m algumas vezes entendido, mas tambem em todas, equaesquer jurisdicçoens deste Reino; com a distincção sómente, de que o processo verbal, que consiste no Auto da Tomadia, e da Denuncia, será ordenado em Lisboa pelo Desembargador Conservador geral; excepto o cazo de serem as apprehençoens, ou denuncias feitas pelos Officiaes da Alfandega, como se determina no referido Paragrafo; e em todas as mais Cidades; e Villas; ou Lugares do Reino, serao os sobreditos processos ordenados pelos Ministros de Letras do lugar mais vizinho, e remettidos com as fazendas, e os Réos ao referido Desembargador Conservador geral da Junta, para ferem ferem sentenciados na fórma ordenada pelos Estatut os da mesma Junta, de cujo respectivo cosre, serao pagas todas as despezas, que se houverem feito com as referidas remessas, como tambem os terços aos Denunciantes.

E porque le nao poderia observar a Disposição do referido Paragrafo, pelo que pertence ás denuncias, e apprehençoens feitas nos meus Dominios Ultramarinos: Sou servido, que nas Provedorías da minha Real Fazenda, ou em falta, perante os Ministros de Letras do lugar mais vizinho sejao dadas, e recebidas as denuncias destes delictos, e nas melmas Provedorías, ou Auditorios, se formem os processos verbaes assima referidos, os quaes serao remettidos ao Desembargador Ouvidor geral do Crime do respectivo destricto para que, como Juiz privativo, os sentencee em Relação com dous Adjuntos, procedendo em tudo na fórma ordenada nos Paragrafos sexto, e setimo dos referidos Estatutos, assim a respeito dos Réos, como das Fazendas: Bem entendido, que sómente devem ser queimadas as que forem de contrabando, quaes saó as que pelas minhas Leys, e Pragmaticas estas prohibidas na sua entrada, e nao as que sendo admittidas a despacho se achao descaminhadas, como declarando os mesmos Estatutos: Fui servido determinar por Alvará de vinte e seis de Outubro de mil setecentos cincoenta e sete; e que as fazendas de contrabando extrahidas dos Navios Estrangeiros, a que nos sobreditos meus Dominios Ultramarinos se houver concedido a hospitalidade; nao devem ser queimadas, mas remettidas ao Juiz Conservador geral do Commercio, nao obstanre o que foi ordenado por Resolução de cinco de Outubro de mil setecentos e quinze.

As fazendas apprehendidas seras em todos os cazos entregues na Provedoría respectiva, a cujo cargo sicará a diligencia de mandar queimar na Praça do Commercio as que forem assim sentenciadas; e nas mesmas Provedorías se estabelecerás costes com tres chaves diversas, nos quaes se arrecadem os productos das tomadias, que nas houverem de ser queimadas, como também os dobros, e tresdobros das mesmas tomadias as quaes has de ser arrematadas com assistencia do Provedor, e do seu Escrivas, sem prejuizo dos seus emolumentos; e em todos os annos ao tempo da partida da respectiva Frota; se faras exames nos mesmos costes, dando-me os Provedores conta pela Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios das importancias, que nelles entraras; e de como foras despendidas, ou do que se acha em deposito, para Eu determinar o que sor servido.

Deste cofre se pagarao as despezas necessarias, e tambem as extraordinarias, que se mandarem sazer para o sim de evitar os contrabandos; e se pagarao os terços aos Denunciantes, os quaes sempre devem ser remunerados com o referido premio, ainda que as sazendas denunciadas, e apprehendidas hajao de ser queimadas, ou remetridas para este Reino; a cujo sim se sara avaliação de todas as tomadias, ou fazendas sejao de descaminho, no qual cazo a avaliação sica servindo de governo para as arrema-

RejOB

arremataçõens, ou sejao de contrabando, para se vir no conhecimento do terço, que pertence aos Dénunciantes, como tambem soi por Mim declarado no referido Alvará de vinte e seis de Outubro de mil setecentos cincoenta e sete.

E por quanto me foi prezente, que nos cazos, em que os Réos destes delictos, sendo condemnados em penas pecuniarias, se achas destituidos dos meios para as satisfazerem, nas ha determinaças de outra alguma pena, em que sejas commutadas as que lhe estas impostas: Sou outrosim servido, que na mesma sentença condemnatoria se declare, que passados seis mezes depois da publicaças da sentença, e nas estando paga a condemnaças, sejas os Réos degradados por tempo determinado, e para estes, ou aquelles lugares, a arbitrio do Desembargador Conservador geral, e dos Ministros Adjuntos em Lisboa, e do Desembargador Ouvidor geral do Crime, e Ministros Adjuntos na America; regulando assim os tempos, como os lugares para os degredos, conforme a maior,

ou menor gravidade do crime.

Pelo que mando á Meza do Desembargo do Paço, Regedor da Caza da Supplicação, Conselho da minha Real Fazenda, e do Ultramar, Meza da Consciencia, e Ordens, Senado da Camera, Junta do Comercio destes Reinos, e seus Dominios, Vice-Rey do Estado do Brasil, Governador, e Capitaens Generaes, Desembargadores, Corregedores, Juizes, Justiças, e Pessoas de meus Reinos, e Senhorios, a quem o conhecimento deste pertencer, que assim o cumprao, e guardem, e sação inteiramente cumprir, e guardar, como nelle se contém, sem embargo de quaesquer Leys, ou costumes em contrario: que todos, e todas Hey por derogadas, como se de cada huma, e cada hum delles fizesse expressa, e individual mençao: Valendo este Alvará como Carta passada pela Chancellaria, ainda que por ella nao tenha passado; e que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo das Ordenações do sivro segundo, titulo trinta e nove, e quarenta em contrario. Registando-se em todos os lugares, onde se costumao registar semelhantes Leys: E mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, aos quinze de Outubro de mil setecentos e sessenta.

REY.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

A Lvará com força de Ley, porque V. Magestade ha por bem confirmar, e declarar os Paragrafos sexto, e setimo dos Estátutos da Junta do Cómercio destes Reinos, e seus Dominios: Ordenando a fórma como hao de ser sentenciados, e castigados nos Dominios Ultramarinos os descaminhos das fazendas, e os Contrabandos, na fórma que assima se declara.

Para Vossa Magestade ver.

1-5128 P8539 69-105

Fica registado este Alvará no livro, que serve do Registo delles pertencente á Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios a fol. 42. vers. do livro terceiro.

Maximiano de Almeida Dorta.

Manoel Gomes de Carvalho.

Foi publicado este Alvará com força de Ley na Chancellaria mór da Corte, e Reino. Lisboa, 25 de Outubro de 1760.

Dom Sebastiao Maldonado.

Registado na Chancellaria mór da Corte, e Reino no livro das Leys a fol. 143. Lisboa, 25 de Outubro de 1760

The contract of Victoria and Contract of the c

do il dotimic move, cuo emipo morrigo de la local de la composició de la local de la composició de la compo

Antonio Joseph de Moura.

Joseph Thomás de Sá o fez.

Reimpresso na Officina de Miguel Rodrigues. 100 ver plais

n de de de

Training James de Ministra Francis

Some of the second of the seco

tai - V Bith Bith Late



